

Parte “de leão” do Programa Alentejo 2020 beneficia sub-região do Alentejo Central

Évora com mais 208 milhões de fundos comunitários do que o Baixo Alentejo

Jorge Rosa diz que apoios “não são suficientes para inverter atraso em relação a outras regiões”

| 6/7

Semanário
Regionalista
Independente

Diário do Alentejo

Sexta-feira
18 JUNHO 2021
Diretor: Luís Godinho
Ano XC, N.º 2043 (II Série)
Preço: € 1,00

Culturas intensivas
e pecuária ameaçam
conservação do solo | 8/9

Dádivas de sangue
em Beja regressam a
níveis pré-pandemia | 12

crítica

Eurodeputada Maria da Graça Carvalho considera que “não há região do País com tantas razões de queixa como o Baixo Alentejo” | 4/5

OFERTA FORMATIVA 2021/2022

17 CTESP / 16 LICENCIATURAS
15 MESTRADOS / 4 PÓS-GRADUAÇÕES



IPBeja
INSTITUTO POLITÉCNICO
DE BEJA

ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE
ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO

IPBEJA, O TEU SONHO, O TEU FUTURO! WWW.IPBEJA.PT

EDITORIAL

2020

“No âmbito do ciclo de fundos comunitários que agora termina, agravaram-se as assimetrias entre o litoral e o interior e agravaram-se as assimetrias entre as regiões do interior mais e menos desenvolvidas; ou mais e menos próximas dos centros de decisão”.

As contas sobre a aplicação dos fundos comunitários no âmbito do Portugal 2020 são claras e merecem uma reflexão crítica. Não tanto pelo facto de a cidade de Évora ter, durante a vigência deste Quadro Comunitário de Apoio, recebido 334 milhões de euros de financiamento europeu, ou de o Alentejo Central ter concentrado 35 por cento dos fundos destinados do Alentejo (com exclusão dos concelhos do distrito de Santarém integrados na NUT II), o que compara com os 24 por cento do Baixo Alentejo (que, para efeitos estatísticos não inclui Odemira nem os municípios do Alentejo Litoral) ou com os 21,6 por cento investidos no Alto Alentejo (distrito de Portalegre). É verdade que o investimento alocado à construção do Hospital Central do Alentejo - na ordem dos 40 milhões de euros - e que as verbas correspondentes ao apoio à indústria aeronáutica, que na cidade de Évora estão associados a diversos investimentos privados, ajudam a explicar essa diferença: 408 milhões de euros para o Baixo Alentejo versus 600 milhões no Alentejo Central. Conhecem-se os motivos. Mas não podemos ignorar as consequências. E estas representam o agravamento das assimetrias regionais. Se é verdade, como referia o Programa de Desenvolvimento Regional (PDR), que a nível nacional “o Alentejo apresenta um posicionamento desfavorável, uma vez que os seus níveis de PIB ‘per capita’ foram sempre inferiores à média nacional”, não é menos evidente a existência de “disparidades” na NUT II, em prejuízo para o

Baixo Alentejo (mas não só), e que o ciclo de fundos comunitários que agora termina não apenas não atenuou, como terá mesmo agravado. Trata-se de um dado concreto. São números. Igualmente preocupante é o facto de todo o apoio comunitário no Alentejo (aqui entendido como integrando os distritos de Beja, Évora e Portalegre, bem como os municípios do Litoral Alentejano do distrito de Setúbal), no âmbito do Alentejo 2020, ter ascendido a qualquer coisa como 1689 milhões de euros (de acordo com as contas feitas pelo «Diário do Alentejo», quando só o município do Porto beneficiou de 1,4 mil milhões de euros de ajudas europeias, contabilizando as verbas disponibilizadas do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (Feder), do Fundo Social Europeu (FSE), do Fundo de Coesão e do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e Pescas (Feader). A conclusão parece clara: no âmbito do ciclo de fundos comunitários que agora termina, agravaram-se as assimetrias entre o litoral e o interior e agravaram-se as assimetrias entre as regiões do interior mais e menos desenvolvidas; ou mais e menos próximas dos centros de decisão. Não é possível continuar a insistir na mesma receita, sob pena de se incorrer nos mesmos erros, e de condenar uma boa parte do território ao despovoamento e à desertificação. Já em 2012 o PDR referia que Évora tinha “uma importante dinâmica, decorrente da projeção do seu valor patrimonial, da significativa concentração económica e demográfica relativa”. O novo quadro comunitário tem de assumir esta conclusão, legítima e correta. E, por isso, discriminar positivamente regiões como o Alto e o Baixo Alentejo, onde mais necessária é a concentração de investimento público. **LUÍS GODINHO**

EM DESTAQUE

“É sempre muito mau quando um país ou uma região aposta em monoculturas, e nós já vimos isso no passado [com os cereais]”.

Maria José Roxo responsável pelo Centro Experimental de Erosão de Solos de Vale Formoso

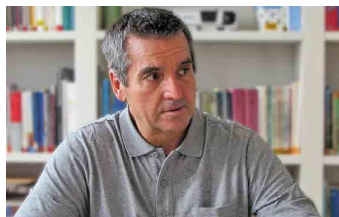
Páginas 8 e 9



SILVESTRE RAPOSO
EXPÕE NA
VIDIGUEIRA

Página 27

3 PERGUNTAS A...



JORGE REVEZ

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA (ADPM)

A Associação de Defesa do Património de Mértola finalizou, no início deste mês a primeira ação de formação para operadores turísticos de São Tomé e Príncipe. Quais os principais objetivos desta iniciativa?

Esta iniciativa inseriu-se no âmbito do Projeto Equador - Promoção do Turismo Sustentável e Inclusivo em São Tomé e Príncipe (STP), sendo que a formação de operadores turísticos é uma das atividades mais importantes para a prossecução dos objetivos traçados e que passam pela promoção do turismo sustentável e inclusivo naquele país, através do empreendedorismo e valorização do património. Pretendemos, igualmente, ajudar, sempre em parceria com as entidades locais, a preparar STP para o turismo, numa lógica sustentável, criando impactos positivos no desenvolvimento local, nomeadamente através da criação de empregos, promoção da cultura e dos produtos locais. De

salientar, ainda, a importância da valorização do património histórico e da revitalização da cultura nacional de STP.

Quais as valências, lecionadas, que este curso privilegia, junto dos formandos?

Uma vez que este público não tem muita oferta formativa disponível, tem sido nossa intenção que a formação seja o mais abrangente possível. Deste modo, incluímos temáticas tão importantes e variadas como ecoturismo e turismo sustentável, turismo e desenvolvimento sustentável, relação entre património e turismo, gestão de microempresas turísticas, comunicação e relações públicas no turismo, redes locais para o turismo, 'marketing' digital, entre outras.

Este trabalho da ADPM, em São Tomé e Príncipe, tem um carácter unilateral ou existe, neste envolvimento, uma reciprocidade vantajosa para ambos os territórios?

O nosso trabalho, seja ele realizado em Portugal ou noutros países, é sempre uma estrada de dois sentidos: nós aportamos a

nossa experiência em territórios com carências de diversa ordem, mas também aprendemos muito com a resiliência dos parceiros locais com quem trabalhamos. No caso do Projeto Equador, cofinanciado pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, é uma oportunidade para os técnicos da ADPM ganharem experiência noutros contextos, o que será útil no futuro. Devido à pandemia, alguns módulos foram ministrados 'online', o que permitiu o recurso a técnicos experientes, que podem criar pontes com STP, num futuro próximo. O projeto permitirá uma maior articulação com São Tomé, possibilitando outras iniciativas conjuntas, como o acolhimento de estagiários nas entidades portuguesas. De referir ainda que recebemos em Mértola, recentemente, a visita da diretora da Direção Geral de Turismo e Hotelaria de São Tomé e Príncipe, tendo oportunidade de reunir sobre o Equador: para além da discussão sobre o projeto em si, ficou assente a necessidade de aproveitamento de boas oportunidades de colaboração, que possam surgir. **JOSÉ SERRANO**

IPSIS VERBIS



“Chamar contentores dá ideia errada sobre excelentes condições que existem [para alojar imigrantes no sudoeste alentejano]”.

Maria do Céu Antunes, ministra da Agricultura, “Jornal de Negócios”

Semanada

SEXTA-FEIRA, 11

DETIDO POR SUSPEITA DE VIOLAÇÃO

Um homem de 63 anos foi detido pela Polícia Judiciária (PJ) e vai aguardar julgamento em prisão preventiva por suspeita de coação sexual e violação de uma adolescente de 16 anos, no concelho de Santiago do Cacém.

Segundo a PJ, a investigação apurou que o homem, entre os dias 25 de maio e 08 de junho deste ano, “forçou e coagiu uma adolescente de 16 anos a diversas práticas sexuais, chegando a violá-la, pelo menos, uma vez”. Para concretizar os crimes, aproveitou-se da “relação de confiança e de proximidade que mantinha com a família da vítima, e, em particular, da relação profissional e amorosa que mantinha com a mãe” da jovem.

SEGUNDA-FEIRA, 14

CONDUTOR ACUSOU 3,09 G/L DE ÁLCOOL

Uma pessoa com 36 anos foi detida, na semana passada, pela PSP de Beja, por condução de veículo automóvel sob o efeito do álcool, tendo acusado uma taxa de álcool no sangue (TAS) de 3,09 g/l. A informação consta do relatório semanal enviado pelo Comando Distrital de Beja da PSP com os resultados operacionais registados entre 04 e 10 de junho. Neste período, os agentes da autoridade procederam a uma operação de fiscalização rodoviária, com recurso a radar, que contabilizou 2123 veículos controlados, com a deteção de 11 infrações.



FOTO DA SEMANA

A Câmara de Castro Verde homenageou, na passada segunda-feira, dia 14, José da Luz Pereira, presidente da Associação de Agricultores do Campo Branco. A data escolhida coincidiu com o quarto aniversário da classificação de Castro Verde com reserva da biosfera pela Unesco. “Emoção” foi a palavra que Luz Pereira escolheu para agradecer a distinção, que estendeu aos associados, dirigentes, técnicos e colaboradores da associação a que preside, bem como ao “mundo rural” em que vive. “O Campo Branco é hoje um território conhecido e admirado por ter sabido preservar a sua identidade, as suas especificidades, as suas tradições, os seus costumes e a sua paisagem única e inconfundível”, disse na altura Luz Pereira. António José Brito, presidente da Câmara de Castro Verde, classificou a homenagem como “inteiramente justa” e considerou o agricultor uma peça “essencial” para a obtenção do reconhecimento obtido junto da Unesco.

CARTAS AO DIRETOR

CUIDADO, QUEREM BARALHAR-NOS

JOANA CORDEIRO RECEBIDA POR EMAIL

Nos últimos tempos, vá-se lá saber porquê, tem-se difundido cada vez mais a chamada ideologia do género. Porém, nem todas as pessoas disso se apercebem e muitos desconhecemos o seu alcance social e cultural, bem como os perigos que daqui podem advir, porque não se trata apenas de uma simples moda intelectual ou de um capricho de jovens, mas refere-se a um movimento cultural engendrado e com reflexos na estrutura da família, na esfera política e legislativa, no ensino, na comunicação social e na própria linguagem corrente. Sempre ouvi dizer que a pessoa humana é

a totalidade unificada do corpo e da alma, existe necessariamente, como homem ou mulher. Por conseguinte, a dimensão sexual, a masculinidade ou feminilidade, é constitutiva da própria pessoa, é o seu modo de ser e não um simples atributo. É a própria pessoa que se exprime através da sexualidade e a diferença sexual tem um significado no plano da criação: exprime uma abertura recíproca à alteridade e à diferença, as quais, na sua complementaridade, se tornam enriquecedoras e fecundas. Virem agora “afirmar e defender” que o ser masculino ou feminino não passa de uma construção mental e artificial, que deve ser desconstruída e rejeitar tudo o que tenha a ver com os dados biológicos para se fixarem na dimensão cultural, entendida como mentalidade pessoal e social é coisa que, de todo, não consigo entender,

nem me parece minimamente normal ou real, mas sim uma invenção ideológica com outros fins...

MUDAR O RUMO DOS ACONTECIMENTOS

MANUEL VARGAS ALJUSTREL

Poucos são os factos que espelham tanto a inépcia dos políticos como as desigualdades sociais que se refletem na vida quotidiana. É, por isso, inadmissível que decorridos quase 50 anos de democracia os políticos não tenham conseguido diminuir o fosso entre os mais ricos e os mais pobres. Uma realidade que gera apreensão e descontentamento na sociedade, bem como as condutas consideradas reprováveis face aos crimes de colarinho branco no qual é premente, sobretudo na área penal, uma atuação legislativa pronta. Mas, ainda assim, tendo em conta

a impossibilidade de se alcançarem soluções consensuais na justiça, urge que o poder legislativo assuma, sem hesitações, as suas competências, adaptando o Código Penal e restantes instrumentos legais às novas práticas criminosas. Algo que o presidente do Supremo Tribunal da Justiça, Henrique Araújo, advoga e desafia os políticos a punir a corrupção com mais vigor. É que a inércia do legislador, quando prolongada, aumenta a distância entre a lei e a realidade e cria espaço à desregulação e à impunidade. Enfim, um contexto que corresponde a uma ameaça significativa aos valores da democracia.

As “Cartas ao diretor” devem indicar nome e contactos do autor. Não devem exceder os 1 500 caracteres e podem ser remetidas por email ou correio postal. O “Diário do Alentejo” reserva-se o direito de selecionar as cartas por razões de atualidade ou espaço e, sempre que ultrapassem o tamanho estabelecido, de as condensar.

ATUAL

“Não há região do País com tantas razões de queixa como o Baixo Alentejo”

Entrevista com a eurodeputada Maria da Graça Carvalho, do PSD

“Há aqui um modelo económico que se podia desenvolver com o aeroporto de Beja e o porto de Sines que era não era só bom para o Baixo Alentejo mas para o País inteiro”. A afirmação é da eurodeputada Maria da Graça Carvalho, nascida em Beja e eleita pelo PSD, em entrevista ao “Diário do Alentejo”. “Penso, sobretudo, que está na altura de não deixar passar este período de financiamento sem estas três situações resolvidas”, diz. Por três situações entenda-se a valorização do aeroporto de Beja, a eletrificação da linha ferroviária e a construção da autoestrada entre Beja e Sines - “[que] foi começada e depois ficou a meio”. Segundo Maria da Graça Carvalho, o Baixo Alentejo tem de “ser mais reivindicativo, levantar mais alto a sua voz”.

TEXTO JÚLIA SERRÃO

Como é que acompanhou as notícias sobre a situação de milhares de trabalhadores a viverem em situações de grande precariedade no sudoeste alentejano?

Com muita preocupação... com preocupação que essa seja uma realidade em Portugal. É uma situação que nos envergonha porque não são respeitados os direitos mínimos das pessoas. Há qualquer coisa de errado neste nosso modelo de organização, também a nível mundial. Mas falando do nosso País, temos que fazer tudo para que isto não aconteça. Fiquei também preocupada por isto ainda não ter sido denunciado - e, se não fosse a covid-19, continuávamos sem saber que existia. Acho que muita gente fechou os olhos a esta situação, o que não é bom. É muito bom ter pessoas vindas de fora, variedade, diversidade, mas têm que ter condições dignas e tem que haver uma convivência salutar. Penso que nada disto estaria a acontecer em Odemira.

Os seus colegas do Parlamento Europeu não se interrogaram como é que é possível existirem situações destas na Europa?

Penso que esta situação, infelizmente, não acontece só em Portugal. Poderá passar-se noutros países. Aliás, fiz alguma

pesquisa, encontrando casos semelhantes em Espanha, também houve um caso no Luxemburgo. Custa-me muito que não se fale destas situações, pois deviam ser denunciadas e resolvidas. Ao mesmo tempo, repare que o pico das notícias foi na altura em que se estava a realizar a cimeira social, no Porto, em que os líderes europeus falam na Europa com sendo dos melhores ‘standards’ para os trabalhadores e para as pessoas, e é essa a ideia da Europa que nós queremos e que pensávamos que tínhamos até agora. Portanto, vimos a descobrir exatamente nesse momento que não é bem assim. É para alguns, não é para todos.

Entende que aquele modelo,

muito associado à agricultura intensiva, é inevitável?

Não é. Entendo que há outros modelos de agricultura com menos impacto social e ambiental, com recurso a novas tecnologias, tanto da parte da agricultura como dos produtos. Espero que isso seja feito, e que se aproveitem nomeadamente os financiamentos que temos ao nosso dispor nos próximos anos, exatamente para essa modernização... e não descaracterizar o território e ter impacto ambiental como algumas destas explorações agrícolas têm.

Foi recentemente eleita vice-presidente da Comissão das Pescas no Parlamento Europeu. Um setor estratégico para Portugal. Mas, no

caso do Alentejo, tem existido um contínuo abandono da atividade. Porque é que isto sucede?

Não sucede só no Alentejo. Eu ainda me lembro de Sines ser um grande porto de pesca e muito bonito, depois houve toda a transformação industrial. Na pesca, como na agricultura, temos que ter um equilíbrio entre o ambiente e a biodiversidade, entre a preservação das espécies, e continuar a promover a atividade. Porque [o peixe] é uma fonte de alimentação muito saudável. E é mais benéfico para o planeta que a pesca seja feita na Europa, onde há regras muito claras e muita preocupação com as quotas para se manter a biodiversidade. Defendo muito o ambiente, mas acho que

as consequências de abrandarmos ainda mais a atividade é a importação ser feita de outros lados e, no fim, não estamos a proteger o ambiente porque, algures, alguém está a pescar com muito menos condições do que os europeus o fariam. Talvez há 50 anos não fosse possível esse equilíbrio, mas agora, com a tecnologia e o conhecimento científico, já é possível fazer essas atividades com muito menos impacto no planeta.

Mas na região, a que se deve o abandono da pesca? Faz falta ao Alentejo olhar mais para o mar?

Alguns locais onde era tradicional a pesca converteram-se em áreas mais industriais, como foi o caso de Sines. Enquanto no Algarve





Mas temos que ser mais reivindicativos, levantar mais alto a voz. Há regiões que conseguem fazer melhor isso do que os alentejanos, talvez por feito, embora o movimento Beja Merece + trabalhe muito nesse sentido. Mas, depois, precisava que outras instituições fizessem eco”.

ainda se mantém, no Alentejo a nossa costa ou ficou na zona mais industrial ou de turismo, e a pesca foi abandonada. O que é uma pena, porque a diversidade de atividades económicas é muito benéfica para todos. Sem dúvida, devemos olhar mais para o mar que é maravilhoso e uma fonte de riqueza imensa: não só da pesca, também de outros produtos. O Alentejo também é muito mar e nós não temos essa cultura, ou a pouco que tínhamos temos vindo a perder – somos mais uma cultura de interior – mas temos que a ganhar porque a nossa costa é das mais bonitas, até da própria Europa.

Subscreveu uma carta onde mais de 100 personalidades pedem ao Governo a instalação no Alentejo de uma estrutura europeia permanente para o empreendedorismo, para ajudar a transformar a região no próximo ‘Silicon Valley’. Qual a oportunidade e o porquê desta iniciativa?

Nos próximos três ou quatro anos vamos ter acesso a financiamento de uma magnitude que nunca

tivemos, porque soma os fundos regionais com o Plano de Recuperação e Resiliência. É uma oportunidade única, que tem de ser bem aproveitada. Mas se não houver bons projetos prontos para avançar, já sabemos que os financiamentos são investidos em grandes construções e autoestradas, investimentos que não são produtivos. E, portanto, queremos evitar que isso volte a acontecer. O que o Alentejo precisa, neste momento, é exatamente de olhar para os seus setores económicos, modernizá-los, torná-los compatíveis, o ambiente com a área social, e também promover o aparecimento de pequenas e médias empresas da área tecnológica. Promover um parque de tecnologia, no território, que crie emprego para fixar as pessoas... além de ter os financiamentos agora disponíveis, a região tem, do ponto de vista do ambiente, as condições para que as pessoas se fixem.

Este projeto, mais um para Évora, não poderá vir a acentuar ainda mais as desigualdades no interior do território alentejano?

Há desigualdades entre os países, e dentro dos países entre o litoral e o interior, e há desigualdade entre o Alto Alentejo e o Baixo Alentejo. E numa política de coesão, devia-se ter uma estratégia diferente. Mas o que é facto, e isso tem que ser levado em conta, é que esta iniciativa foi essencialmente da reitora da Universidade de Évora. Agora, eu estou sempre a defender que temos que trabalhar em rede e incluir; neste caso temos que ter uma rede das instituições do ensino superior de todo o Alentejo. Para este financiamento é essencial esta ligação. Até porque a Universidade de Évora, o Politécnico de Beja e o de Portalegre têm valências complementares. E, portanto, devem trabalhar nessa complementaridade.

Disse muito recentemente que os próximos três a quatro anos serão “essenciais” na definição do futuro das regiões e da Europa. Vem aí a célebre “bazuca”. Depois, um novo quadro comunitário. Parece-lhe que o Alentejo tem prioridades claramente definidas?

Penso que o modelo que tem, e foi apresentado em Bruxelas, para a ‘bazuca’, que é o Plano de Recuperação e Resiliência, e o novo Quadro Comunitário de Apoio, é bom porque está em linha com as prioridades europeias da transição verde e da transição digital. Nós temos dito que gostávamos de ver mais setor privado e mais pequenas e médias empresas e menos financiamento a ficar no setor público. E eu tenho manifestado receio face a alguns projetos de grande dimensão, como o

de hidrogénio em Sines, pois receio que estejamos a ser muito ambiciosos ao usar uma tecnologia que ainda não é suficientemente madura e, portanto, preferia que fossemos mais cautelosos. Mas, tirando estas duas ressalvas, o plano que há para o Alentejo está de acordo com estas ambições ambientais e de digitalização do território. Agora, estes financiamentos têm que ser executados muito rapidamente. E tenho receio que haja hesitações dos projetos e demoras, e que, depois, haja alguns prontos a avançar, de grandes construções se calhar em Lisboa e Porto, como é costume. Portanto, este é o meu alerta... começar logo que haja luz verde, ser rápido, e assegurar o financiamento para o território.

Apesar dos milhares de milhões já investidos, apesar do Alqueva, a região continua a perder população e a população continua a envelhecer. O que é que tem corrido mal?

Para fixar pessoas temos que ter bons cuidados de saúde e boa educação, boas infraestruturas digitais e emprego. Os cuidados de saúde na região podiam ser melhores, mas existem, e a educação também. Penso que faltam oportunidade de emprego de qualidade, e as pessoas vão para onde elas existem. No entanto, com a pandemia, muitas aperceberam-se que não precisam de estar no local de trabalho para trabalhar, principalmente quando se trata de trabalho intelectual, podendo fazê-lo a partir de sítios que gostem, onde se sintam bem e tenham condições. Por outro lado, também verificaram que os territórios de baixa intensidade têm vantagens. Logo, poderá haver aqui uma reversão, e em alguns sítios está-se a assistir a isso, as pessoas estão a voltar para o interior. Agora as infraestruturas digitais têm que ser de muito boa qualidade, isso é importante. E aí, com os financiamentos do próximo Quadro Comunitário de Apoio, espero que haja uma cobertura total do Alentejo com rede de boa qualidade. Isso, acompanhado das infraestruturas de otimização da saúde, para que as pessoas não tenham que se deslocar a Lisboa ou outro sítio, e de educação.

O aeroporto de Beja tarda em descolar. O IP8, entre Sines e Beja, já não terá perfil de autoestrada. A eletrificação da linha de comboio entre Beja e Casa Branca não acontecerá antes de 2027. Reconhece que há muitas razões de queixa do Baixo Alentejo? Há muitas e incompreensíveis. Porque, por exemplo, o aeroporto

“UM BOM RESULTADO AUTÁRQUICO É AUMENTAR O NÚMERO DE MANDATOS”

No âmbito partidário, qual é a sua expectativa para as próximas autárquicas no Baixo Alentejo, onde o PSD não tem nenhum presidente de câmara e tem pouquíssimos vereadores. Sendo a fasquia baixa, o que é que considera um bom resultado?

Como o presidente do partido tem dito, um bom resultado a nível nacional, e que se aplica ao Baixo Alentejo, é aumentar o número de mandatos. E os mandatos não são só os dos presidentes de câmara, são de todos os eleitos. O poder autárquico é muito importante em todas as dimensões: as juntas de freguesia, a Assembleia Municipal, os vereadores, os presidentes. E temos também esperança de voltar a ter presidentes, temos muito bons candidatos. O território também precisa dessa diversidade política, ela também é muito importante.

Quais a causa para o PSD não se afirmar no Baixo Alentejo e ter votações residuais, designadamente a nível autárquico?

Penso que são razões sociais e históricas, ainda legado do antigo regime e do pós-25 de Abril que levam a que o PSD tenha tido dificuldade em ter uma grande votação no território. Que explicam que um Partido Comunista tenha muita força, que tem vindo a decair também por razões demográficas e a ser substituída, em parte, pelo PS. Por outro lado, a facção mais de direita revia-se também no CDS e não só no PSD. Nós somos um partido tradicionalmente das pequenas e médias empresas, do comércio, da atividade económica, do setor privado, que ainda não temos muito no Baixo Alentejo – e era bom ter porque isso também faz a dinamização da economia –, e da classe média, que também não tem expressão na região. Mas quando o PSD tem bons resultados no país também tem no Alentejo, no seu todo. O que significa que o potencial está lá. Logo, é uma questão de ter bons candidatos. E neste momento temos bons candidatos no Baixo Alentejo, e também um excelente presidente da distrital.

está pronto, não há razão para não ser otimizado, e a estrada foi começada e depois ficou a meio. Na linha férrea, a situação é pior do que quando eu era miúda, que vinha para Lisboa de automotora. Os serviços são muito piores. Não se percebe como é que no século XXI não há estes investimentos básicos. O único que poderia não ser era o aeroporto, mas esse já está feito, trata-se de otimizar o seu uso. Muita gente não se importaria de voar para Beja e depois ter uma hora e três quartos para chegar a Lisboa ou ao Algarve. Isso acontece noutros países. E, depois, quem vem de férias oito dias, qual é o problema em gastar duas horas até ao destino? Até conhece outra parte da paisagem, para além de voar para um aeroporto seguro e com espaço, com uma pista lindíssima. Além disso, é pequeno e tão eficiente, está tudo muito bem organizado... na velocidade com que se faz o ‘check-in’ ganha-se logo meia hora ou mais em relação ao aeroporto de Lisboa. Portanto, ganha-se aí tempo que se pode retirar à viagem. Não há região do País com tantas razões de queixa como o Baixo Alentejo, por todas estas coisas. É demais!

Sem este problema das infraestruturas resolvido, o Baixo Alentejo não está condenado a afastar-se, cada vez mais, das regiões mais desenvolvidas do país?

Precisava destes problemas resolvidos. Penso que deveria fazer maior pressão para que estas

três questões ficassem resolvidas agora, porque se não se aproveitarem estes financiamentos para o fazer, nos próximos anos será muito mais difícil. Até porque, do ponto de vista económico, faz todo o sentido para o País desbloquear a situação: nomeadamente porque há o porto de Sines que precisa estar ligado. Portanto, há aqui um modelo económico que se podia desenvolver com o aeroporto de Beja e o porto de Sines que era não era só bom para o Baixo Alentejo mas, como referi, para o País inteiro.

Há quem diga que falta ao Baixo Alentejo capacidade de lóbi junto do poder central. Pergunto-lhe se partilha essa opinião ou se o que faz mesmo falta é a regionalização?

Eu não sei se a regionalização iria resolver. Partilho a opinião de que os alentejanos são menos reivindicativos, talvez isso seja uma das razões. Mas penso, sobretudo, que está na altura de não deixar passar este período de financiamento sem estas três situações resolvidas. Que uma delas nem tem que ver com dinheiro, o aeroporto... é uma questão de vontade de ter um plano de negócios. As outras duas são financiamentos, mas uma é para acabar um projeto começado, e a outra para reparar algo que já existia há 50 anos. Um País que se quer com uma transição verde e, depois, não tem uma linha férrea que passe de norte a sul... não vai ser possível, vai ter obrigatoriamente que o fazer.

